

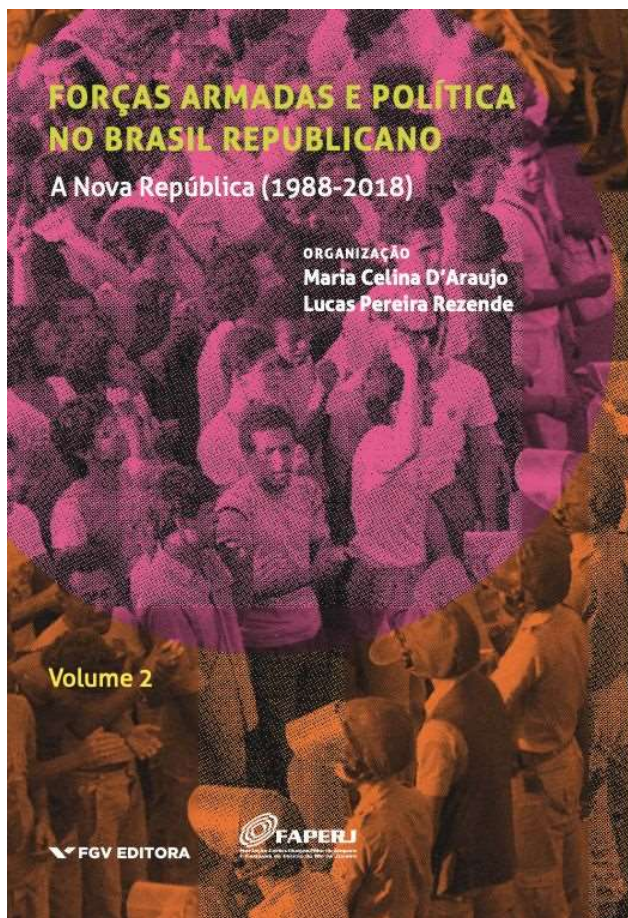
D'ARAUJO, Maria Celina; REZENDE, Lucas Pereira. (Orgs.) **Forças armadas e política no Brasil republicano – vol. 2: a Nova República (1988-2018)**. Rio de Janeiro: FGV Editora; FAPERJ, 2024, 316 págs.

APRESENTAÇÃO – volume 2.

Prezadas(os) leitoras(es),

Por quê e para quê falar sobre forças armadas? Em 2024, completa-se 60 anos do golpe militar que nos legou mais de duas décadas de ditadura. E, referendando o que foi dito na apresentação do volume um desta coletânea, a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República em 2018 e as movimentações políticas das forças armadas brasileiras antes, durante e depois de sua eleição, trouxeram de volta ao centro do debate político do Brasil o papel que os militares têm nas vidas social, política e jurídica do país. Esse envolvimento histórico dos militares com assuntos políticos no Brasil é demonstrado no primeiro volume, dedicado ao período que vai da Proclamação da República, marcada pelo primeiro golpe de Estado promovido pelas forças armadas, até o fim da ditadura militar. Em sequência, este segundo volume trata da Nova República, indo da Constituição de 1988 até a eleição de Bolsonaro, período no qual tínhamos uma nova página de comprometimento com a democracia por parte das instituições brasileiras – o que incluía (ou deveria incluir) as forças armadas do país.

Este volume começa com uma introdução de Adriana Marques e Alexandre Fuccille inventariando a emergência e o desenrolar dos estudos de militares e defesa no país, especialmente



em sua vertente institucionalizada na graduação e na pós-graduação dentro das universidades civis e dos quartéis. Mostra-se que, a partir dos anos 1990, as universidades abriram-se ao tema, mas que, por outro lado, a corporação militar foi gradativamente construindo seus próprios cursos de forma que a disjuntiva forças armadas e sociedade permaneceu praticamente inalterada. Longe da socialização desejada por Morris Janowitz como forma de democratizar os militares, o encapsulamento do ensino e da produção científica militar evidencia que o avanço dos estudos nessa temática não tem levado a um diálogo mais promissor sobre a legitimidade dos saberes das universidades, muito menos à formação de uma cultura compartilhada acerca das relações forças armadas e sociedade e dos conceitos de defesa e segurança no Brasil.

O capítulo um, de Maria Celina D'Araujo, “Justiça Militar no Brasil e os limites da transição democrática”, discorre sobre a instância da Justiça afeita ao julgamento de crimes militares cometidos por componentes das forças armadas. A autora lembra que essa Justiça, de acordo com o Código Penal Militar de 1969, estabelecido em plena ditadura e ainda em vigor, também pode julgar civis. Com evidências da literatura e de dados internacionais, a autora mostra que uma Justiça Militar com tribunal permanente mesmo em tempos de paz e como braço do Poder Judiciário é um anacronismo em todas as democracias. Trata-se de uma justiça corporativa que julga seus pares e que, por isso mesmo, costuma ser mais benevolente com seus camaradas. Nessa esfera ficam mais explícitas algumas das prerrogativas militares, posto que a Justiça Militar continua sendo a principal instituição do Brasil ainda regulada, em quase toda a sua totalidade, pelos instrumentos criados pela ditadura militar em seus anos mais duros. Trata-se de um anacronismo que atenta contra a qualidade da democracia no Brasil sem que o Congresso Nacional, o Executivo Federal, o Poder Judiciário e a sociedade se manifestem a respeito.

O capítulo dois, intitulado “Um *think tank* civil em um Ministério da Defesa militarizado: nascimento, breve vida e morte lenta do Instituto Pandiá Calógeras”, de autoria de Juliano da Silva Cortinhas, mostra a implementação de uma instância civil dentro do Ministério da defesa em 2013, durante o governo do PT, e sua frágil e curta existência. Com apoio em literatura internacional e em experiências similares noutros países, o autor demonstra as funções a que o Instituto Pandiá Calógeras (IPC) foi destinado e a gradativa corrosão a que foi submetido, evidenciando a maneira hostil, nem

sempre subliminar, com que os militares entendem a participação dos civis em assuntos de defesa. Trata-se de pesquisa que reúne análise acadêmica a trabalho de campo, posto que o autor fez parte desse projeto fracassado. Corroborando o que se passa com as prerrogativas de uma Justiça Militar corporativa, este capítulo mostra com fartas evidências a rejeição dos comandantes das Forças Armadas a aceitar postulados democráticos e uma ação conjunta com profissionais civis na discussão e definição de prioridades e estratégias de defesa. Na visão da corporação, os assuntos da defesa devem estar insulados nos quartéis e as capacidades civis devem estar alheias e distantes desses homens de farda que julgam ter o monopólio da definição do que é mais importante para o país e a sociedade se sentirem seguros. Nesta perspectiva, temos uma sociedade sem voz para dizer como e contra quais ameaças deve ser protegida, um misto de prepotência militar e infantilização da sociedade.

Anaís Medeiros Passos assina o terceiro capítulo, intitulado “A atuação das forças armadas na regulação da ordem social: as operações de garantia da lei e da ordem (1985-2020)”. Mais uma vez, evidencia-se um cenário em que, cultural e politicamente, a manutenção da paz e da segurança na sociedade, em situações dadas como críticas, fica adstrita às orientações das forças armadas. A função de atuarem na ordem interna foi definida pela Constituição de 1988, que, em seu artigo 142, prevê a possibilidade do uso militar na garantia da lei e da ordem, expressão conhecida como GLO. A presença de militares em funções de polícia é comum na América Latina, região marcada pela desigualdade e pela violência. No caso do Brasil, é tradição dar protagonismo aos militares em momentos de crises sociais, e a autora argumenta que essa atividade vem

refletindo, desde a Carta de 1988, uma política de aliança entre elites políticas e militares para dominarem espaços físicos e sociais, submetendo a população a situações de ausência de liberdade e abuso de poder. Usualmente essas ações estão associadas ao combate contra drogas e criminalidade, fazendo a população refém de uma série de medidas e regulamentos impostos pelos militares responsáveis pelas operações, usualmente, mas não exclusivamente, praticadas em favelas do Rio de Janeiro.

A autora elenca várias delas, observando estratégias de convencimento da população local para cooperar com as forças de repressão por meio de ações cívico-sociais. As populações atingidas por essas operações passam a ter suas vidas reguladas pelos militares da União e as polícias dos estados, em nome de uma política de pacificação, que tem demonstrado poucos ganhos, uma vez que recorrentes turbulências continuam sendo produzidas por milícias e organizações criminosas voltadas para o tráfico de drogas e conquistas de territórios. Uma das mais importantes colaborações deste capítulo é examinar o impacto dramático dessas ações de GLO sobre as populações locais.

Carlos Artur Gallo assina o capítulo quatro, “Da resistência à negação: uma análise da relação entre as forças armadas e a Comissão Nacional da Verdade (CNV)”. Novamente nos deparamos com a intransigência das forças armadas em dialogar com a sociedade, desta feita negando-se a

aceitar que a história possa ser contada também pelas vítimas de uma disputa política num determinado momento histórico.

Instalada em meados de 2012 pelo governo de Dilma Rousseff, torturada por militares durante a ditadura, a CNV foi, sem dúvida, o mais forte embate entre as forças armadas e o governo desde 1988¹, embora oficialmente as principais patentes militares da ativa, com algumas exceções, tenham se mantido em silêncio. No entanto, a reação em círculos e clubes militares da reserva mostrava a disposição dos militares em deslegitimar o governo e os trabalhos da Comissão. O boicote foi praxe na corporação para destruir ou desviar arquivos que pudessem atestar o envolvimento da forças armadas com morte e desaparecimentos.

A CNV, ainda que com pouca estrutura, foi encarregada de examinar todos os crimes políticos cometidos de 1946 a 1988, mantendo como princípio que a Lei de Anistia de 1979 deveria ser respeitada. Com isso, temos dois limites sérios: os crimes não seriam restritos ao período da ditadura militar (1964-1985), fazendo supor que aquele período não seria uma exceção, nem seria possível responsabilizar qualquer pessoa por qualquer crime contra direitos humanos (mortes, torturas e desaparecimentos), conforme disposto pela Lei de Anistia.

Gallo narra as etapas do trabalho até chegar ao relatório final, em fins de 2014. Este relatório foi

¹ Houve, ainda, dois eventos significativos de insubordinação que levaram à demissão de comandantes das forças armadas pelo chefe do Executivo. No imediato posterior à intentona de 08 de janeiro de 2023, o comandante do Exército, general Júlio César de Arruda, foi demitido por se recusar a atender a demandas do presidente Lula da Silva, comandante-em-chefe das forças armadas. Em março de 2021, de forma inédita na

história democrática do país, os três comandantes das forças – general Edson Pujol, almirante Ilques Barbosa, e brigadeiro Antônio Carlos Bermudez – se demitiram conjuntamente, sob protesto por ordens ainda pouco conhecidas do então comandante-em-chefe, Jair Bolsonaro, que os declarou demitidos na sequência. No entanto, ambos os eventos aconteceram após o recorte temporal desta coletânea.

peremptoriamente negado pelos quartéis como um simulacro e uma invenção para comprometer as forças armadas. A partir de então, a Comissão de Anistia, criada no governo Fernando Henrique Cardoso, em 2002, e a quem cabia definir quem eram as vítimas da repressão pelo Estado para fins de indenização, foi sendo atacada e desmobilizada. Este capítulo, assim como os anteriores, mostra mais uma vitória dos militares em zelar por sua versão da história, e em definir quais acervos históricos e públicos devem ser legítimos de registro e publicização. O relatório final, em três volumes, é uma inexorável fonte histórica, mas também um espaço de disputa pela memória. Nesta disputa, as forças armadas foram novamente as vencedoras, apesar dos avanços conseguidos na catalogação e descobertas de novas fontes documentais sobre vários setores sociais e regionais do país, afetados de diferentes maneiras pelas políticas de repressão da ditadura.

O capítulo cinco, “A educação dos militares brasileiros”, e é coautorado por Ana Penido e Suzeley Kalil. O Brasil, por definição constitucional, conta com quatro sistemas de ensino, sendo três deles dedicados às forças armadas: um para a Marinha, outro para o Exército e mais um para a Aeronáutica. O quarto está voltado para o conjunto da sociedade não conectada com a vida militar. Grande parte da vida de um militar se passa dentro de escolas militares, alocadas dentro dos próprios quartéis, o que permite uma reprodução simbólica e ativa de valores, costumes e atitudes, em especial no que toca à política e à memória histórica.

O ensino militar passou a ser institucionalizado em todo o mundo, basicamente a partir do século 19, com o intuito de formatar tecnicamente uma profissão diferenciada, cuja finalidade última seria a guerra. Em tempos atuais,

uma questão adicional se coloca: o que devem fazer os militares quando não estão em guerra? Penido e Kalil nos trazem que um oficial no Brasil passa 30% de seu tempo na ativa fazendo cursos, convivendo fundamentalmente com os mesmos colegas que serão os mestres das futuras gerações. A cadeia de cursos básicos e de aperfeiçoamento foi se ramificado com o tempo, e tornou-se obrigatória não só para ascensão na carreira, mas também para a melhoria de salários e proventos na reserva.

O ensino militar também comporta escolas de níveis fundamental e médio, bem como cursos para cadetes – equivalente à graduação em universidades. Em algumas ocasiões, tentou-se reduzir o ensino militar apenas para faixas etárias de adultos aptos à carreira, mas a pressão corporativa acabou mantendo essa rede de escolas, o que, por sua vez, significa maior orçamento para as forças armadas e maior capilaridade, inclusive propagandística, junto à sociedade.

Um eixo central no ensino militar é a formação do “espírito de corpo”, que tem como meta aprender a obedecer e a respeitar a hierarquia, valores que se contrapõem à vida social, em geral, em que a liberdade individual e a administração de conflito de interesses pautam a vida democrática. As autoras recorrem a vasta literatura, especialmente internacional, para mostrar como se deu a construção epistêmica da temática e, no caso do Brasil, passam uma lente atenta para o caso da Aman, Academia Militar das Agulhas Negras, a mais importante escola militar para a formação de futuros oficiais do Exército, a maior das forças e a que tem dado as diretrizes para a participação dos militares na política nacional.

No capítulo seis, “Forças armadas e serviços de inteligência no Brasil”, Priscila Brandão e Marco Cepik fazem uma retrospectiva dos mecanismos de espionagem no Brasil desde a ditadura, e apontam os limites impostos pela corporação militar para que modernos serviços de inteligência fossem introduzidos no país durante a Constituinte e depois da Constituição de 1988. Ao mesmo tempo, descrevem a expansão de atividades atribuídas às forças armadas em questões de segurança interna, o que se tornou possível graças ao artigo 142 da Constituição.

Com funções ampliadas para além das definições clássicas de defesa nacional, as forças armadas foram recriando seus órgãos internos de segurança e informação, enquanto o governo tentava compor um sistema de inteligência civil, cuja primeira iniciativa mais sólida foi a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), criada em 1999. O que se observa ao longo deste capítulo é a existência de uma vasta capilaridade de órgãos de inteligência, em sua maior parte de origem militar e policial, sem que haja um sistema de controle que lhes dê a devida transparência e sem que se possa aferir sua eficácia e seus limites. O Congresso e a classe política têm sido os grandes mudos nesta problemática tão vital para a segurança nacional e, por conseguinte, para a sociedade.

No sétimo capítulo, “A Cooperação em Defesa como instrumento da Política Externa Brasileira: a criação e os anos iniciais da Unasul e do Conselho de Defesa Sul- americano,” Lucas Pereira Rezende analisa o uso da nova diplomacia de defesa pelo Brasil durante a existência das instituições nomeadas no título. Partindo do entendimento que os alinhamentos pós-Guerra Fria se diferem da lógica das alianças até o fim

da bipolaridade, o texto apresenta como o Brasil buscou robustecer a sua inserção internacional na América do Sul, em especial nos dois primeiros mandatos de Lula da Silva e o primeiro de Dilma Rousseff, através do conceito da nova diplomacia de defesa.

Com o ocaso do sistema interamericano de defesa, criado pelos EUA durante a Guerra Fria, a política externa brasileira lançou mão de iniciativas de cooperação em defesa para construir um novo regime regional, sem a presença dos Estados Unidos e no qual o Brasil tinha a função de liderança, cujo ápice se deu com a criação do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS). Para tanto, o autor faz um levantamento dos Planos de Ação do CDS, do papel do Brasil na construção e manutenção da Unasul em seus anos iniciais, dos acordos bilaterais em defesa celebrados pelo Brasil com seus vizinhos sul-americanos e de iniciativas de cooperação militar capitaneadas pelas forças armadas brasileiras entre 2003 e 2022, mostrando como a cooperação em defesa contribuiu para os objetivos da chamada política externa ativa e ativa desenvolvida no período.

No entanto, após a reeleição de Dilma Rousseff, tanto a cooperação em defesa quanto a própria atenção à Unasul e ao CDS são diminuídas, até sua interrupção definitiva nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Objetivos como a criação de uma identidade sul-americana comum em defesa não foram desenvolvidos, tampouco tiveram êxito os planos de desenvolvimento da indústria regional de defesa, com a interrupção dos planos do desenvolvimento de um VANT (*drone*) e um avião de treinamento comum, tal qual a Escola Sul-americana de Defesa. A experiência da nova diplomacia de defesa pelo Brasil, além de vida curta, não trouxe os benefícios esperados pela

teoria, como o incremento na integração regional e um maior equilíbrio nas relações civis-militares brasileiras.

Maria Cecília de Oliveira Adão e Suzeley Kalil, no oitavo capítulo, “Forjando o escudo de Minerva: as mulheres nas forças armadas brasileiras”, tecem longa abordagem sobre a problemática da incorporação feminina nas forças armadas, evidenciando, ao longo do texto, que este é um dos principais desafios mundiais para a igualdade de direitos entre os sexos desde o século 20. Sintomaticamente, apenas países marcados por democracias estáveis, a exemplo da Noruega, têm sido bem-sucedidos no enfrentamento do tema. A partir do que dizem as autoras, pode-se concluir que este tópico é o que mais obriga a reflexões sobre masculinidade, capacidade de trabalho e disciplina, *ethos* corporativo, noção de valentia e de honra, apologia da guerra e do guerreiro, e valorização do mundo hierárquico masculino, concepções essas que excluem da corporação militar a noção tradicional de mulher como ser dependente, frágil e emotiva. Ou seja, permanece na caserna brasileira uma visão medieval sobre os conceitos de guerra e paz.

Se a misoginia ainda é uma vertente deplorável da sociedade brasileira, isso é redimensionado quando se trata dos quartéis. Assim, com Adão e Kalil aprendemos como a incorporação foi lenta e seletiva, e que, apesar de variações entre as três forças, as mulheres são ainda uma alijada minoria, alocada, principalmente, em situações meio e subalternas. A valer a legislação atual, nessas funções as mulheres nunca poderão ter uma carreira igualitária nem ocupar todos os postos, em especial os de comando e em combate. Neste campo, os

argumentos contra a igualdade têm sido demolidores.

No capítulo seguinte, nove, “A questão LGBT nas Forças Armadas do século 21: notas sobre a realidade ibero-americana (Espanha, Portugal, Argentina e Brasil)”, Alexandre Fuccille aborda a questão da diversidade sexual nas forças armadas, também um dos temas mais contundentes na vida militar a partir do final do século 20.

Como parte da agenda democrática, a legitimidade das escolhas e das orientações sexuais também atingiu os quartéis. Cada país reage ao tema com imposições culturais e limitações sobre o que convencionam definir como “guerreiro”. A inclusão das mulheres nos quartéis, como vimos do capítulo oito, de Adão e Kalil, foi um processo demorado e que ainda está incompleto. Mais grave é, segundo Fuccille, a aceitação da questão LGBTQI+. Os países com democracia estável sentiram-se mais confortáveis para adotar essa pauta dos direitos humanos, enquanto outros simplesmente o tratam como ainda crime, em resquícios de políticas preconceituosas e arcaicas já amplamente superadas no mundo desenvolvido e democrático.

Depois de apontar as polêmicas sobre o tema, o autor compara quatro países ibéricos - Espanha, Portugal, Argentina e Brasil. Os dois primeiros, recém-saídos de ditaduras, assim como Argentina e Brasil, apresentam avanços substantivos na legislação militar, contemplando os direitos de diversidade sexual no meio militar. A Argentina, na América do Sul, junto com o Uruguai, foi o país desta região que mais avançou no controle civil democrático sobre as forças armadas, nisto incluindo o tratamento dado às questões de gênero, tema envolto em preconceitos e subjetividade. O Brasil, a exemplo de outros temas como

Justiça Militar, controle civil, incorporação feminina, civilianização da educação militar, também ocupa uma posição pífia e arcaica.

Apesar dos avanços em outros países dentro do tema aqui discutido, Fuccille destaca que, mesmo onde esses direitos avançam, as ambiguidades e contradições estão sempre presentes. Trata-se de um campo de disputa por direitos ainda em construção, quer do ponto de vista teórico ou em termos de políticas públicas. No caso do meio militar, as adaptações, em geral, são mais lentas e, em alguns casos, quase impossíveis, e não apenas por questões religiosas, mas também por práticas e valores que enaltecem uma ideia clássica de masculinidade militar.

Kai Michael Kenkel, Maíra Siman e Victória Santos analisam, no capítulo 10, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, a Minustah, decorrida entre 2004 e 2017, sempre liderada em seu braço militar, de forma inédita, pelo Brasil. Como intróito, expõem como foram construídas as missões de paz pela ONU, que pressupunham inicialmente “consentimento do Estado anfitrião; imparcialidade; e uso mínimo da força”. Explicam as cinco gerações desse tipo de missão até chegarmos à quinta, a de estabilização, colocada em prática no Haiti, destacando implicações daí decorrentes para países com baixo controle das relações civis-militares.

Nestes casos, essas missões foram vistas como forma de protagonismo para países em ascensão internacional, como era o caso do Brasil à época, e como atividade que poderia trazer benefícios internos para suas forças armadas, tais como: vantagens do convívio com tropas de países com democracia estável; enfrentamento de problemas sociais, policiais e sanitários; e, uma ocupação

militar para as forças armadas subutilizadas. A ação militar do Brasil no Haiti foi basicamente a de enfrentar a criminalidade de gangues e promover ajuda humanitária, o que acabou funcionando como inspiração para outras missões da ONU. Serviu principalmente como modelo falido para as operações de pacificação no Brasil, a exemplo das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e da organização das operações de Garantia de Lei e da Ordem, as supracitadas GLOs. A maior parte dos “generais do Haiti” tiveram papel de destaque no governo Bolsonaro, acentuando a tendência própria da caserna de defini-los como estrategistas excepcionais e eficientes administradores de crise. Um resultado não antecipado dessa missão foi o fracasso da missão dentro do Haiti e o fortalecimento do protagonismo militar no Brasil e, portanto, mais limites à democratização de nossas relações civis-militares.

Piero Leirner, no capítulo seguinte, onze, “Amazônia e forças armadas: ideologia e ação política”, concentra-se nas prioridades das forças depois da ditadura. Sem a ameaça do comunismo internacional, sem rivalidades militares significativas com a Argentina e sem os inimigos internos do tempo da Guerra Fria, a corporação militar elegeu como eixo central de suas preocupações a Amazônia, de há muito entendida simbolicamente na caserna como alvo da “cobiça internacional”.

Deixando de lado os estudos clássicos dos naturalistas estrangeiros, a Amazônia brasileira tem sido objeto de leituras épicas, sempre conectadas com a formação da nação e do Estado, e só recentemente se transformou em tema crucial para a segurança do Brasil, a partir da construção de um discurso inovador sobre o que vem a ser a ameaça

de guerra – ou melhor, um discurso que mescla guerra e política de forma inédita. Neste discurso, populações indígenas passaram a ser vistas como inimigas potenciais, assim como o foram os guerrilheiros do Araguaia – estes mortos depois de derrotados.

O texto de Leirner fornece elementos importantes sobre a região em dois sentidos. De um lado, mostrando a complexidade das interpretações que lhe foram dadas ao longo do tempo e, de outro, usando-a como ponta de lança para repensar a questão da guerra a partir da perspectiva de uma atividade que mescla de forma inédita política e armas, configurando aquilo que o autor chama de guerra híbrida, conceito recente e polêmico que vem sendo amplamente acionado em assuntos militares. Para tanto, o autor discorre sobre projetos voltados para a região quer em termos de povoamento, quer em termos de explorações mineral e agrícola. O fracassado Projeto Calha Norte sintetiza algumas dessas preocupações. A novidade das últimas décadas é a tentativa de ocupação militar da região usando, para tanto, o deslocamento de tropas e a criação de novos agrupamentos militares para a região, bem como o preconício que vem sendo dado ao Comando Militar da Amazônia e a alguns de seus ex-comandantes.

Em nosso último capítulo, “A política militar nos governos do Partido dos Trabalhadores: o exemplo das operações de fronteira (2003-2016)”, José Augusto Zague e Suzeley Kalil dedicam-se e examinar uma política pública militar de segurança, qual seja, a defesa das fronteiras durante os governos do PT. Metodologicamente, apoiam-se em fontes documentais produzidas por núcleos de excelência na organização e sistematização de dados e informações temáticas. As operações de fronteira

realizadas pelas forças armadas são definidas pelos autores como operações de GLO, posto que nesses casos os militares assumem funções típicas da Polícia Federal, particularmente no combate ao tráfico internacional e ainda no encalço do que ficou chamado como “novas ameaças”, posição essa defendida pela Organização dos Estados Americanos (OEA).

Embora do ponto de vista internacional o governo brasileiro não aceitasse o uso policial das forças armadas, na dinâmica de segurança interna foi exatamente isto o que aconteceu. Desde o início de seus primeiros governos, Lula da Silva, para amenizar desconfianças quanto a seu passado de sindicalista com vínculos socialistas, optou por compor com as forças armadas de forma a lhes dar prestígio e protagonismo. A ação nas fronteiras e as operações de GLO foram a maneira para fazer essa composição e, ao mesmo tempo, alimentar o protagonismo dos militares na ordem interna. No entanto, a iniciativa mais importante do governo Lula a esse respeito foi a Minustah, que funcionou como laboratório para treinamento e normalização do emprego das forças armadas em segurança pública – como trabalhado no capítulo de Kenkel, Siman e Santos.

No governo de Dilma Rousseff, foi criado o Plano Estratégico de Fronteiras, do qual resultou o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SIsFRON) e o Plano Ágata. Ambos acionam polícias federais, estaduais e militares das três forças no combate a crimes de fronteira e narcotráfico. Todas as etapas das ações desses mecanismos de segurança são descritas ao longo do trabalho, mostrando o reducionismo da política de defesa à política de segurança interna. A visão de parte da imprensa brasileira colabora para essa dissonância

cognitiva ao legitimar a ação militar como atividade de segurança contra criminosos do narcotráfico. Dessa forma, segundo os autores, a imprensa ajudou a criar uma imagem positiva dos militares como aqueles que protegem a população e, por conseguinte, como atores essenciais para o ordenamento social e político do país.

Ainda que tenha sido mencionado e tratado em diversos capítulos, nos dois volumes dessa coletânea, foi uma opção nossa, dos organizadores, não tratar dos militares e o governo Bolsonaro neste livro, uma vez que a disrupção nas relações civis-militares experimentadas foram tamanhas que cabe levantar a hipótese de fim da era política denominada como Nova República. Fugiria, portanto, do tema pensado para este volume, que foi tratar dos militares na vida política republicana no contexto de organização político-social após a promulgação da Constituição cidadã de 1988. Mas atos como a tentativa de 08 de janeiro de 2023 em Brasília, com a invasão do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto por cidadãos que, dentre outras pautas, pediam a intervenção das forças armadas para alterar o resultado da eleição presidencial de 2022 e a remoção do poder do recém-empossado presidente Lula da Silva, em favor do perdedor do pleito, o ex-militar Jair

Bolsonaro, mostram o quão viva ainda é a visão de parte da sociedade das forças armadas como um poder político, mesmo 60 anos depois do golpe militar de 1964. Todavia, esperamos que os textos aqui selecionados nos sirvam de base para, com o distanciamento necessário, nos debruçarmos sobre o histórico dos militares e da sociedade brasileiras que possibilitou o retorno das forças armadas, através do voto, ao centro do poder no Brasil.

Agradecemos a todas as autoras e autores que tão gentilmente se dispuseram a contribuir para esses dois volumes, por suas paciências e sapiências, assim como à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), que financiou a publicação dessa coletânea, e à Editora FGV, que nos recebeu de braços abertos junto ao seu seleto grupo de autores. Por fim, agradecemos a vocês, leitoras(es), e esperamos que esta contribuição lhes traga mais incentivos para pensar criticamente nossa história, nossas instituições e nossa democracia.

Uma boa leitura a todas(os)!

**MARIA CELINA D'ARAUJO e
LUCAS PEREIRA REZENDE**

Rio de Janeiro (RJ) e Belo Horizonte
(MG), janeiro de 2024.